



SESA-AP

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO AMAPÁ

ASSISTENTE SOCIAL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico
- ▶ História e Geografia do Amapá
- ▶ Conhecimentos Específicos
- ▶ Legislação do SUS
- ▶ Informática (On-line)



Conteúdo de acordo
com o Edital
Questões gabaritadas
da banca Instituto AOCP

DE ACORDO COM EDITAL Nº 001/2026

Secretaria de Estado da Saúde do Amapá

SESA-AP

Assistente Social

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Assistente Social de acordo com o Edital nº 001/2026, da Secretaria de Estado da Saúde do Amapá (SESA-AP).

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes *Importante e Dica*, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção *Hora de Praticar*, com questões gabaritadas da banca *Instituto AOCP e um complemento de bancas variadas*, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação acesse o conteúdo complementar disponível on-line para este livro em nossa plataforma: *Informática disponível em PDF para download*. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!

AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE **DEMONSTRAÇÃO**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO.....	11
■ TIPOLOGIAS E GÊNEROS TEXTUAIS.....	14
■ MECANISMOS DE COESÃO TEXTUAL	24
■ ESTRUTURA E FORMAÇÃO DE PALAVRAS	29
■ CLASSES DE PALAVRAS	33
Colocação Pronominal	43
Locuções Verbais.....	44
■ PERÍODO SIMPLES E PERÍODO COMPOSTO (ESTRUTURA SINTÁTICA E RELAÇÕES SINTÁTICO-SEMÂNTICAS ESTABELECIDAS ENTRE TERMOS E ENTRE ORAÇÕES)	50
Regência Verbal	61
Regência Nominal.....	63
Concordância Verbal	63
Concordância Nominal	66
FUNÇÕES DO “SE”	68
FUNÇÕES DO “QUE”	69
■ CRASE	69
■ ORTOGRAFIA.....	72
ACENTUAÇÃO GRÁFICA	72
■ PONTUAÇÃO.....	73
■ SIGNIFICAÇÃO DE PALAVRAS E EXPRESSÕES	77
SINONÍMIA	77
ANTONÍMIA.....	77
HOMONÍMIA.....	78
PARONÍMIA	78
HIPERONÍMIA	79
■ LINGUAGEM DENOTATIVA E CONOTATIVA.....	79
■ FIGURAS DE LINGUAGEM	79

■ **VARIAÇÃO LINGUÍSTICA (TIPOS DE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E ADEQUAÇÃO LINGUÍSTICA) 84**

RACIOCÍNIO LÓGICO..... 103

■ **RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS ENVOLVENDO FRAÇÕES 103**

■ **CONJUNTOS..... 105**

■ **SEQUÊNCIAS (COM NÚMEROS, COM FIGURAS, DE PALAVRAS)..... 113**

■ **EQUAÇÕES DE 1º GRAU..... 118**

■ **SISTEMAS DE EQUAÇÕES..... 120**

■ **FUNÇÕES DE 1º GRAU 122**

■ **RAZÃO E PROPORÇÃO 124**

REGRA DE TRÊS SIMPLES127

REGRA DE TRÊS COMPOSTA.....129

PORCENTAGENS131

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO AMAPÁ..... 137

■ **HISTÓRIA DO AMAPÁ..... 137**

COLONIZAÇÃO DA REGIÃO DO AMAPÁ.....137

Disputas Territoriais, Guerras e Conflitos Estrangeiros no Amapá.....138

POVOS ORIGINÁRIOS.....139

Cabanagem no Amapá144

criação do território federal do Amapá e sua transformação em estado do Amapá...146

PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS DO AMAPÁ NOS SÉCULOS XIX E XX147

Patrimônio Histórico Material e Imaterial do Amapá, com Destaque para o Patrimônio Histórico de Macapá150

MANIFESTAÇÕES POPULARES E SINCRETISMO CULTURAL NO AMAPÁ.....150

AMAPÁ NO SÉCULO XXI E ATUALIDADES151

■ **GEOGRAFIA DO AMAPÁ 152**

LOCALIZAÇÃO, DIVISÃO GEOGRÁFICA E DIVISÕES TERRITORIAIS153

ESPAÇO NATURAL DO AMAPÁ: NOÇÕES DE RELEVO, GEOLOGIA, SOLOS, CLIMA, VEGETAÇÃO E HIDROGRAFIA156

Aspectos Climáticos e Mudanças Climáticas156

RECURSOS ENERGÉTICOS	162
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	163
SUSTENTABILIDADE	164
ASPECTOS GEOECONÔMICOS.....	165
Demografia: Crescimento, Distribuição, Estrutura e Movimentos da População.....	165
Espaço Econômico: Atividades Agropecuárias, Extrativistas e Industriais – Desenvolvimento Econômico do Amapá	167
PROCESSO DE URBANIZAÇÃO.....	169
ASPECTOS POLÍTICOS	170
Comunidades Indígenas e Reforma Agrária	171
COMUNIDADES QUILOMBOLAS	173
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E SEUS IMPACTOS NO CAMPO E NA CIDADE.....	174
ASPECTOS CULTURAIS.....	175
O ESTADO DO AMAPÁ NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	175
■ CARTOGRAFIA E GEOTECNOLOGIAS APLICADAS AO MEIO AMBIENTE	176
LEGISLAÇÃO DO SUS	191
■ SAÚDE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: DIREITO À SAÚDE, COMPETÊNCIAS DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (ARTS. 196 A 200).....	191
■ LEI FEDERAL Nº 8.080/1990 E SUAS ALTERAÇÕES: PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS, ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS, REGIONALIZAÇÃO, ATRIBUIÇÕES E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)	195
■ LEI FEDERAL Nº 8.142/1990 E SUAS ALTERAÇÕES: PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA GESTÃO DO SUS, CONSELHOS E CONFERÊNCIAS DE SAÚDE, FINANCIAMENTO E TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS DE RECURSOS FINANCEIROS	216
■ DECRETO FEDERAL Nº 7.508/2011: ORGANIZAÇÃO DO SUS.....	218
REGIÕES DE SAÚDE	219
PLANEJAMENTO DA SAÚDE	221
ARTICULAÇÃO INTERFEDERATIVA.....	223
CONTRATO ORGANIZATIVO DA AÇÃO PÚBLICA DA SAÚDE (COAP).....	224
■ REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE (RAS).....	226
■ ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS).....	227

■ VIGILÂNCIA EM SAÚDE.....	238
PRINCÍPIOS.....	240
DIRETRIZES.....	241
ORGANIZAÇÃO	241
■ POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA (PNAB).....	242
■ PLANEJAMENTO E GESTÃO DO SUS.....	250
PLANO DE SAÚDE.....	251
PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE (PAS)	251
RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO (RAG).....	251
■ PLANEJAMENTO REGIONAL INTEGRADO (PRI).....	251
■ GOVERNANÇA INTERFEDERATIVA.....	254
■ DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS DO SUS	257
■ POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO (PNH)	266
■ CONTROLE SOCIAL.....	273
■ LEI COMPLEMENTAR Nº 141/2012.....	274
■ PACTUAÇÃO INTERFEDERATIVA: CIT, CIB E CIR	278
■ PRINCÍPIOS DOUTRINÁRIOS E ORGANIZATIVOS DO SUS: DETERMINANTES E CONDICIONANTES SOCIAIS DA SAÚDE	282
■ PARTICIPAÇÃO COMPLEMENTAR DA INICIATIVA PRIVADA NO SUS	286
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....	291
■ FUNDAMENTOS, PLANEJAMENTO E INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL: PRINCÍPIOS, VALORES E DIMENSÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....	291
■ PLANEJAMENTO DA AÇÃO PROFISSIONAL E PROJETO DE INTERVENÇÃO – METODOLOGIAS DE ABORDAGEM INDIVIDUAL, GRUPAL E COMUNITÁRIA.....	291
■ IDENTIFICAÇÃO DE DEMANDAS, DIAGNÓSTICO SOCIAL E RECONHECIMENTO DAS SITUAÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO	292
■ ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS	297
■ ÉTICA E LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL: LEI Nº 8.662, DE 1993 (REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO), CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL, DIREITOS E DEVERES PROFISSIONAIS E RESPONSABILIDADE TÉCNICA	303
SIGILO PROFISSIONAL.....	304

■	POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL: ÁREAS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURIDADE SOCIAL	305
■	POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS)	312
	SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)	316
■	LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (LOAS)	317
■	GESTÃO, COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS NOS CRAS E CREAS	318
	CRAS	318
	CREAS	319
■	PERÍCIAS, VISITAS TÉCNICAS, LAUDOS E PARECERES SOCIAIS	319
■	FAMÍLIA E COMUNIDADE: NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES	320
■	PROCEDIMENTOS DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL	322
■	PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE SERVIÇO SOCIAL EM SAÚDE: ACOLHIMENTO, ESCUTA QUALIFICADA, ARTICULAÇÃO DE REDE, REGULAÇÃO, REFERÊNCIA E CONTRARREFERÊNCIA E ELABORAÇÃO DE PLANO INDIVIDUAL E PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR (PTS)	323
■	DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE, PROMOÇÃO DA EQUIDADE E INTEGRALIDADE DA ATENÇÃO	327
■	TRABALHO MULTIPROFISSIONAL E INTERDISCIPLINAR NO CUIDADO EM SAÚDE, REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL, CUIDADO PALIATIVO E PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIAS	329
■	CONTROLE SOCIAL, CONSELHOS DE SAÚDE, PARTICIPAÇÃO POPULAR E GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE	332
■	MOVIMENTOS SOCIAIS, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	334
■	ESTATUTO DA PESSOA IDOSA (LEI Nº 10.741, DE 2003)	335
■	ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (LEI Nº 13.146, DE 2015)	357
■	RESOLUÇÃO Nº 453, DE 2012, DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE	380
■	SEGURANÇA DO PACIENTE	380
■	PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA DO PACIENTE INSTITUÍDO PELA PORTARIA MS Nº 529, DE 2013	381
■	PROTOCOLOS BÁSICOS DE SEGURANÇA ASSISTENCIAL QUE ABRANGEM IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE, HIGIENE DAS MÃOS, USO SEGURO DE MEDICAMENTOS, CIRURGIA SEGURA, PREVENÇÃO DE QUEDAS E DE ÚLCERAS POR PRESSÃO	383
■	CULTURA DE SEGURANÇA E RESPONSABILIDADES DO PROFISSIONAL DE SAÚDE CONFORME RDC ANVISA Nº 36, DE 2013	424

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

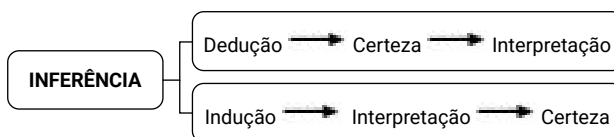
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

RACIOCÍNIO LÓGICO

RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS ENVOLVENDO FRAÇÕES

Conjuntos numéricos racionais são aqueles que podem ser escritos na forma da divisão (fração) de dois números inteiros — ou seja, escritos na forma A/B (lê-se A dividido por B), em que A e B são números inteiros.

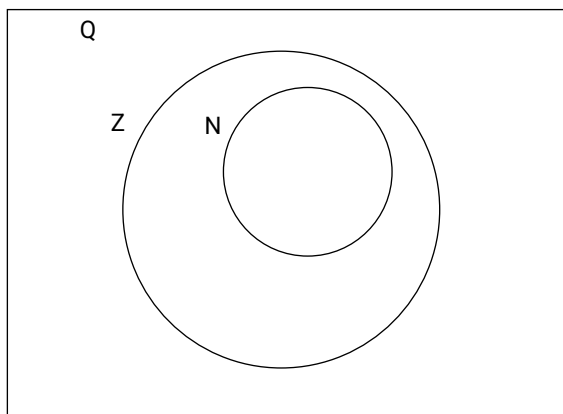
Exemplos: $7/4$ e $-15/9$ são racionais.

Observe, também, que os números 87,321 e 1,221 são racionais, pois são divisíveis pelo número 1.

Importante!

Todo número natural é também um número inteiro, e todo número inteiro é também um número racional.

O símbolo desse conjunto é a letra Q. Pode-se representar, por meio de diagramas, a relação entre os conjuntos naturais, inteiros e racionais. Veja:



As formas de representação de um número racional ocorrem das seguintes maneiras:

- **Frações:** $\frac{p}{q}$, com $q \neq 0$;
- **Decimais finitos:** 0,3;
- **Decimais infinitos** (também conhecidos como **dízimas periódicas**): 0,33333...

OPERAÇÕES COM NÚMEROS RACIONAIS

As operações com os números racionais são divididas entre decimais e frações.

Operações com Números Decimais

As operações com números decimais são realizadas da mesma forma que as operações com números

inteiros, com a diferença de que é necessário respeitar o posicionamento da vírgula. Vejamos um exemplo:

Adição e Subtração com Números Decimais

$$\begin{array}{r} 0,2 + 0,9 = 1,1 \\ 0,3 - 0,2 = 0,1 \end{array}$$

Multiplicação com Números Decimais

Para multiplicarmos números decimais, devemos posicionar um número abaixo do outro e realizar a multiplicação normalmente, desconsiderando as vírgulas inicialmente. Vejamos o exemplo $0,3 \cdot 0,3$:

$$\begin{array}{r} 0,3 \times \\ 0,3 \\ + 09 \\ \hline 00 \\ 009 \end{array}$$

Agora, para posicionar a vírgula, contamos a quantidade de casas decimais que temos após a vírgula em cada um dos números. Como em 0,3 há apenas 1 casa decimal, devemos somar 2 casas ($1 + 1$) e posicionar a vírgula no lugar correto. Assim, $0,3 \cdot 0,3 = 0,09$.

$$\begin{array}{r} 0,3 \times \\ 0,3 \\ + 09 \\ \hline 00 \\ 009 \end{array}$$

Divisão de Números Decimais

A divisão de números decimais ocorre por meio da multiplicação do dividendo e do divisor por múltiplos de 10 até que a vírgula deixe de pertencer a ambos. Veja um exemplo:

$$7,124 \div 0,21$$

Multiplicaremos os dois lados por 1000 (ou 10^3) até que a vírgula deixe de pertencer ao divisor:

$$\text{Assim, } 7,124 \cdot 210$$

Agora, realizaremos a divisão do mesmo modo que aprendemos para a divisão de números inteiros.

$$7,124 \cdot 210 = 33,9238...$$

OPERAÇÕES COM FRAÇÕES

Frações nada mais são do que operações de divisão. Podemos, por exemplo, escrever $4 \div 8$, como $\frac{4}{8}$.

Neste tópico, veremos todas as operações que envolvem as frações, quais sejam: a adição, a subtração, a multiplicação e a divisão.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO AMAPÁ

HISTÓRIA DO AMAPÁ

COLONIZAÇÃO DA REGIÃO DO AMAPÁ

Os séculos XV e XVI foram marcados pelo que ficou conhecido como as Grandes Navegações, uma série de expedições marítimas lideradas por exploradores europeus. Impulsionadas por diferentes fatores, fosse pelo desejo de encontrar novas rotas comerciais para as Índias, a busca por riquezas ou o incentivo à expansão do cristianismo, essas viagens desbravaram terras até então desconhecidas aos demais continentes.

Em 1492, o navegador genovês Cristóvão Colombo, a serviço dos reis católicos da Espanha, chegou às Américas ao avistar ilhas do Caribe, acreditando ter alcançado as Índias. Esse evento teve grande repercussão, iniciando o encontro entre o Velho Mundo (Europa) e o Novo Mundo (América) ao estabelecer contato entre culturas e povos distintos que moldaria a história dos séculos seguintes.

A Coroa portuguesa alegou que as terras encontradas por Colombo estavam dentro de sua esfera de influência, conforme o princípio do *mare clausum* (mar fechado), que defendia a tese de que as terras descobertas por Portugal ao longo das rotas marítimas para as Índias estariam sob seu domínio exclusivo.

Para evitar conflitos com a Espanha, que já estava explorando a América, foi firmado o Tratado de Tordesilhas em 1494, mediado pelo papa Alexandre VI, uma vez que a Igreja Católica, nesse período, encontrava-se em seu auge de poder político.

O Tratado de Tordesilhas estabelecia uma linha imaginária a cerca de 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, atribuindo à Espanha as terras a oeste da linha e a Portugal, as terras a leste. Desse modo, Portugal teve o direito de explorar as terras que viriam a ser o Brasil.

Em 1500, uma expedição portuguesa liderada por Pedro Álvares Cabral chegou ao litoral brasileiro, mais precisamente em Porto Seguro, na Bahia, inaugurando o processo de colonização e exploração da nova terra pelos portugueses.

O período colonial no Brasil teve início em 1534, quando Portugal direcionou sua atenção a medidas para controlar o território brasileiro, e chegou ao fim com a Proclamação da Independência, em 1822. O termo “colonial” se refere, portanto, à época em que o Brasil se encontrava na condição de colônia em relação à metrópole, Portugal.

FORMAÇÃO TERRITORIAL

Por formação territorial compreende-se o processo histórico e geográfico pelo qual um determinado país, região ou estado desenvolve e configura sua estrutura territorial ao decorrer do tempo. Esse processo pode

envolver eventos como colonização, expansão territorial, definição de fronteiras, demarcação de limites, integração de novas áreas e transformações na organização espacial, além de ser influenciada por fatores políticos, econômicos, culturais e sociais.

Processo de Formação: Primeiros Navegadores

Participante da primeira chegada à América junto a Cristóvão Colombo, Vicente Yáñez Pinzón, possivelmente capitão da Nina, uma das três caravelas (Pinta, Nina e Santa Maria), é considerado um dos primeiros colonizadores europeus a alcançar a costa amapaense.

A expedição liderada por ele foi pioneira ao atravessar a foz do Rio Amazonas, percorrendo a América Central e navegando ao longo do litoral das Guianas até Pernambuco. Realizada em 1499, a viagem de Pinzón incluiu a exploração do nosso litoral em janeiro de 1500, três meses antes da chegada da frota de Cabral. Antes da esquadra de Cabral, Pinzón já havia reconhecido as regiões norte e nordeste do litoral brasileiro.



Vicente Yáñez Pinzón, navegador espanhol. Fonte: Wikimedia Commons.

Francisco Orellana foi outro navegador espanhol de relevância para o estado do Amapá. Ao integrar a expedição de Francisco Pizarro até os Andes em 1540, Orellana foi o primeiro europeu a percorrer todo o Rio Amazonas. Em 1549, obteve a autorização oficial da Espanha para colonizar a região; entretanto, durante a navegação pelo litoral do Amapá, acabou falecendo.

Em 1546, Luís de Melo e Silva navegou pela foz do Rio Amazonas e obteve do rei de Portugal a concessão para uma capitania, cujo nome e registros não são historicamente confirmados devido à perda dos documentos. A posse da concessão nunca foi consumada, visto que Luís de Melo e Silva veio a falecer em um naufrágio.

A capitania do Cabo Norte, atualmente correspondente ao estado do Amapá, ganhou notoriedade por volta de 1616, com o estabelecimento do Forte do Presépio. Embora não existam registros concretos sobre quando a região se tornou efetivamente uma capitania, o espaço foi concedido, no ano de 1637, a Bento Maciel Parente, um militar e explorador português, cuja administração foi essencial na defesa do território em formação, incluindo o estado do Maranhão e Grão-Pará.

LEGISLAÇÃO DO SUS

SAÚDE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: DIREITO À SAÚDE, COMPETÊNCIAS DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (ARTS. 196 A 200)

A saúde é direito de todos e dever do Estado, regulamentada no art. 196 da CF e pela Lei nº 8.080, de 1990, dispositivos que visam garantir, mediante políticas sociais e econômicas, um conjunto de ações do Estado destinadas à redução de riscos relativos às doenças e suas consequências.

A saúde não tem natureza contributiva, ou seja, deverá ser prestada a quem precisar e independe de pagamento. Desse modo, fica sujeita ao controle, fiscalização e regulamentação do poder público, ou seja, é de relevância pública. Vejamos:

Art. 196 *A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.*

O art. 196 trata da necessidade de uma visão sistêmica por parte do Estado, visando garantir melhores condições de saúde à população, por meio da implementação de políticas sociais e econômicas que reduzam o risco de contrair doenças ou seus agravos.

Assim, em nenhum momento são mencionadas ações individuais, como a garantia de medicamentos exclusivos, internação em instituições específicas ou a realização de procedimentos de alto custo ou experimentais.

Desta forma, o texto constitucional busca abranger necessidades coletivas ao promover ações de prevenção, como a realização de exames preventivos, campanhas de vacinação, cuidados com doentes crônicos para que não haja piora do quadro, campanhas sobre a importância da atividade física, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) etc. Tais ações poderão ser realizadas tanto por órgãos públicos quanto por serviços contratados, conforme citado no art. 197. Veja:

Art. 197 *São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.*

O poder público cumpre seu dever na relação jurídica da saúde por meio do Sistema Único de Saúde,

um conjunto de ações e serviços organizados de acordo com a descentralização, atendimento integral e com a participação da comunidade.

Ademais, o art. 198 refere-se às diretrizes do SUS: a regionalização, a descentralização, a hierarquização, a integralidade e a participação popular no sistema de saúde do país, veja:

Art. 198 *As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:*

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

Deste modo, ao citar que o sistema de saúde será **regionalizado**, a CF leva em consideração as especificidades de cada região geográfica. Assim, temos, por exemplo, o calendário de vacinação federal, estadual e municipal, que podem diferir entre si.

Exemplificando, sabe-se que a vacinação contra a febre amarela não faz parte do calendário vacinal de alguns estados, por não estarem localizados em áreas endêmicas. Da mesma forma, regiões com risco de malária — por serem áreas endêmicas — recebem medicações específicas para a doença, enquanto outras não.

Quanto à hierarquização, há a divisão dos serviços de acordo com o nível de atenção à saúde a ser prestado, podendo ser primária, secundária ou terciária. Ou seja, envolvem ações preventivas, de promoção à saúde, atenção especializada e atenção hospitalar de alta complexidade, que interagem entre si por meio de estratégias de referência e contrarreferência.

Neste sentido, a Secretaria de Estado de Saúde define os três níveis de atenção (primária, secundária e terciária). Vejamos o que estabelece:

A Atenção Primária é constituída pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS), pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), pela Equipe de Saúde da Família (ESF) e pelo Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF). Enquanto o nível intermediário de atenção fica a cargo do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), das Unidades de Pronto Atendimento (UPA), e o atendimento de média e alta complexidade feito nos hospitais.

A Atenção Secundária é formada pelos serviços especializados em nível ambulatorial e hospitalar, com densidade tecnológica intermediária entre a atenção primária e a terciária, historicamente interpretada como procedimentos de média complexidade. Esse nível compreende serviços médicos especializados de apoio diagnóstico, terapêutico e atendimento de urgência e emergência.

A Atenção Terciária ou alta complexidade designa o conjunto de terapias e procedimentos de elevada especialização. Organiza também procedimentos que envolvem alta tecnologia e/ou alto custo, como oncologia, cardiologia, oftalmologia, transplantes, parto de alto risco, traumatismo-ortopedia, neurocirurgia, diálise (para pacientes com doença renal crônica), otologia (para o tratamento de doenças no aparelho auditivo).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FUNDAMENTOS, PLANEJAMENTO E INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL: PRINCÍPIOS, VALORES E DIMENSÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Conforme explicita Mioto (2019, p. 25-26), a institucionalização dos sistemas de proteção social é um acontecimento recente que ocorreu no início do século XX, uma vez que neste contexto há ascensão do sistema capitalista e da consolidação das atuais relações de trabalho.

Em primeira instância, o serviço social ainda era vislumbrado como um “gesto de caridade”. Não obstante, ao longo do último século, o serviço social consolidou-se como profissão essencial à compreensão das relações entre os indivíduos na sociedade.

Hodiernamente, através de eficientes métodos e técnicas, o assistente social é capacitado para determinar o contexto social, econômico, político e cultural vivenciado por grupos de indivíduos e suas especificidades.

Os fundamentos teórico-metodológicos da profissão, neste sentido, são os instrumentos, metodologias e técnicas aplicadas no cotidiano do assistente social, os quais sempre devem adequar-se à realidade social estudada, bem como obedecer à dimensão ético-política da prática profissional.

PLANEJAMENTO DA AÇÃO PROFISSIONAL E PROJETO DE INTERVENÇÃO – METODOLOGIAS DE ABORDAGEM INDIVIDUAL, GRUPAL E COMUNITÁRIA

No exercício profissional do assistente social, as estratégias, os instrumentos e as técnicas de intervenção são fundamentais para a efetivação de ações que visem à garantia de direitos, à proteção social e à transformação das condições de vida dos usuários.

Essas intervenções podem ocorrer em diferentes níveis: individual, coletivo e familiar. Cada uma dessas abordagens tem especificidades, objetivos e métodos próprios, que precisam ser escolhidos de forma crítica e ética, a partir da realidade concreta dos sujeitos atendidos.

De forma geral, o uso adequado das estratégias, instrumentos e técnicas de intervenção requer, por parte do assistente social, uma postura ética, crítica e reflexiva.

É preciso considerar as determinações sociais das expressões da questão social, respeitar a singularidade dos sujeitos e construir práticas que realmente contribuam para a emancipação e a conquista de direitos.

ABORDAGEM INDIVIDUAL: ENTREVISTA

A entrevista é uma das principais técnicas utilizadas pelo assistente social na abordagem individual. Ela é mais do que uma simples conversa: é um momento estruturado de escuta, acolhimento e análise da situação do usuário.

Por meio dela, é possível identificar demandas, compreender o contexto social, econômico e familiar do indivíduo, e construir conjuntamente possibilidades de encaminhamentos e intervenções.

A entrevista deve ser conduzida com respeito e escuta qualificada, garantindo o sigilo profissional e a autonomia do usuário atendido. Além disso, é uma ferramenta que permite ao profissional de serviço social desenvolver diagnósticos sociais e planejar ações interventivas de forma articulada com a rede de proteção social.

Atenção!

- **Objetivos:** compreender a situação vivenciada pelo sujeito, coletar dados para subsidiar estudos sociais, permitir a escuta qualificada e o acolhimento do usuário e estabelecer metas conjuntas de acompanhamento;
- **Instrumentos utilizados:** ficha socioeconômica ou cadastro, prontuário individual, registro de atendimentos e plano de intervenção;
- **Cuidados importantes:** respeito à privacidade e à dignidade do usuário, linguagem acessível e respeitosa, assim como a postura ética, sem julgamentos morais.

ABORDAGEM COLETIVA

A abordagem coletiva dá-se por meio de atividades desenvolvidas com grupos ou comunidades, como oficinas, rodas de conversa, palestras e grupos socioeducativos.

Essas estratégias promovem o fortalecimento de vínculos, o estímulo à participação social e o empoderamento dos sujeitos enquanto protagonistas de sua própria história.

O trabalho coletivo favorece a troca de experiências e saberes entre os participantes, contribuindo para a construção de consciência crítica sobre os direitos sociais e a realidade vivida.

O assistente social atua como mediador desse processo, estimulando a organização coletiva, a solidariedade e a ação cidadã.

Atenção!

- **Objetivos:** promover espaços de troca, solidariedade e aprendizado coletivo, desenvolver ações de convivência, educativas, informativas e/ou de fortalecimento de vínculos, assim como estimular o protagonismo e a organização social da população usuária;
- **Exemplos de atividades:** grupos de convivência, oficinas temáticas (direitos, violência, saúde mental etc.), reuniões informativas ou de orientação social, entre outras;

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO